



UEPB
UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA – UEPB
CAMPUS I, CAMPINA GRANDE
CENTRO DE EDUCAÇÃO (CEDUC)
DEPARTAMENTO DE LETRAS E ARTES (DLA)
CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS – LÍNGUA PORTUGUESA

ALYNE LOPES BEZERRA

**DESAFIOS E PERSPECTIVAS DO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA EM
TURMAS DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)**

CAMPINA GRANDE
NOVEMBRO 2022

ALYNE LOPES BEZERRA

**DESAFIOS E PERSPECTIVAS DO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA EM
TURMAS DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)**

Trabalho de Conclusão de Curso – TCC
(Monografia) apresentado ao Departamento de
Letras e Artes da Universidade Estadual da
Paraíba – UEPB, como requisito parcial à
obtenção do título de licenciada em Letras –
Língua Portuguesa.

Orientador(a): Profa. Dra. Valdecy Margarida da Silva

**CAMPINA GRANDE
NOVEMBRO 2022**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

B574d Bezerra, Alyne Lopes.
Desafios e perspectivas do ensino de língua portuguesa em turmas de Educação de Jovens e Adultos (EJA) [manuscrito] / Alyne Lopes Bezerra. - 2023.
33 p.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras Português) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2023.
"Orientação : Profa. Dra. Valdecy Margarida da Silva, Coordenação do Curso de Pedagogia - CEDUC."
1. Ensino de Jovens e Adultos - EJA. 2. Alfabetização. 3. Letramento. 4. Linguagem. I. Título

21. ed. CDD 374

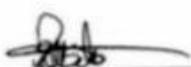
ALYNE LOPES BEZZERRA

**DESAFIOS E PERSPECTIVAS DO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA EM
TURMAS DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)**

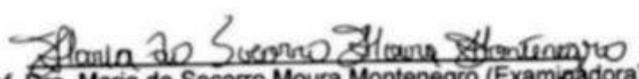
Trabalho de Conclusão de Curso - TCC
(Manografia) apresentado ao Departamento
de Letras e Artes da Universidade Estadual
da Paraíba - UEPB, como requisito parcial
à obtenção de título de licenciada em letras
- Língua Portuguesa.

Aprovada em: 29/11/2022.

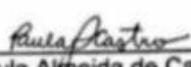
BANCA EXAMINADORA

 10,0

Prof.ª. Dra. Valdecy Margarida da Silva (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

 10,0

Prof.ª. Dra. Maria do Socorro Moura Montenegro (Examinadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

 10,0

Prof.ª. Dra. Paula Almeida de Castro (Examinadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

À minha família, por sempre apoiar e incentivar meu crescimento intelectual e acadêmico. Dedico, também, a mim mesma, por suportar e resistir a todo esse percurso, a todas as dificuldades enfrentadas. Enfim, consegui!
DEDICO...

AGRADECIMENTOS

“Porque dele e por ele, e para ele, são todas as coisas; glória, pois, a ele eternamente. Amém.” Romanos 11:36. Partindo desse versículo bíblico, quero externar meu amor por Deus. Mesmo falha, e por muitas vezes não ser merecedora de toda a confiança que Ele deposita em mim, Ele jamais me abandonou, sempre esteve presente em todo o meu processo de formação, em todos os momentos da minha vida. Obrigada por tudo, Paizinho. Extremamente grata ao Senhor. Quero agradecer também a minha Mãezinha, Nossa Senhora Aparecida, por guiar-me até aqui, por me proteger e livrar-me de todo mal.

Quero agradecer a minha família, em especial ao meu pai, o Sr. Valdineles Lopes Bezerra, a minha avó a Sra., Vera Lúcia Bezerra, e a minha tia, a Sra. Maria José Lopes Paz. Sei o quanto estão orgulhosos por me ver avançando no meio acadêmico, o quanto me querem ver crescer e conquistar todos os meus objetivos. Esse trabalho, dedico a vocês. Dedico, também, a mim mesma, pela perseverança, por enfrentar todas as dificuldades e resistir a esse processo árduo e também maravilhoso.

Gratidão a minha equipe de trabalho, em especial a minha chefe, a professora Marleide Quintino, por toda a compreensão e paciência comigo nesse meu processo de construção da monografia, também por ser incentivadora do meu crescimento pessoal e intelectual. Obrigada! Também quero externar meus agradecimentos ao meu amigo e parceiro de trabalho Wellington Costa, pela parceria, contribuição e incentivo nesse período conturbado.

Gratidão a minha querida professora orientadora Val Margarida, que aceitou meu convite, mesmo não me conhecendo, pela paciência, pela dedicação, pelas palavras amigáveis no momento de desespero e de incentivo, por acreditar em mim. Obrigada, professora!

Agradeço a todos que contribuíram de alguma forma para a minha formação acadêmica. Agradeço a essa Instituição de Ensino, ao seu corpo docente, aos meus colegas de curso desses longos anos que passei aqui. Essa Universidade é um universo de descobertas e de incentivo a todos nós, alunos. Feliz por ser aluna da Universidade Estadual da Paraíba, mesmo com todos os “perrengues” enfrentados. Obrigada, UEPB! Resististi!

“Porque dele e por ele, e para ele, são todas as coisas; glória, pois, a ele eternamente. Amém.”
Romanos 11:36.

RESUMO

Este trabalho objetiva investigar quais as perspectivas de ensino de língua dos docentes na Educação de Jovens e Adultos: análise das práticas educativas, ensino da leitura, escrita, da alfabetização, letramento, gramática em sala de aula. A intenção desse estudo é compreender como o ensino de Língua Portuguesa é desenvolvido em sala de aula da modalidade EJA. Essa pesquisa é um estudo qualitativo de base exploratória. Está fundamentada nos estudos de pensadores como Freire (2011), Gil (2017), Moura (2003), dentre outros. Também está fundamentada em documentos oficiais sobre o Ensino de EJA. Após a análise das entrevistas realizadas com as professoras de EJA, notamos que essa modalidade de ensino, para ser abordada com êxito, depende muito de um corpo docente qualificado e com um olhar pedagógico voltado para o processo interacionista de ensino, que por meio de “burlar” o sistema educacional, ou seja, desenvolver métodos didáticos próprios para aplicar em sala de aula, têm sido um processo estratégico para superar as dificuldades trazidas por seus alunos. A sociedade atual exige cidadãos competentes, críticos e aptos a enfrentar dificuldades. Por isso, se faz necessário o domínio da linguagem, pois é a partir dela que os sujeitos conseguem expressar suas perspectivas, seus ideais e defendem seus argumentos. Assim, é importante proporcionar aos alunos de EJA um ensino de língua que foque também no uso prático da linguagem.

Palavra-chave: EJA. Professor. Alfabetização. Letramento. Linguagem.

ABSTRACT

This work aims to investigate what are the teaching perspectives of teachers in Youth and Adult Education. Analysis of educational practices, teaching reading, writing, literacy, literacy, grammar in the classroom. The intention of this study is to understand how the teaching of Portuguese is developed in the EJA classroom. This research is a qualitative exploratory study, based on scholars, theorists, thinkers such as Freire (2011), Gil (2017), Moura (2003), among others. This research is also based on official documents on the Teaching of EJA. And after analyzing the interviews carried out with the EJA teachers, we noticed that this teaching modality, to be successfully approached, depends a lot on a qualified teaching staff, and with a pedagogical look focused on the interactionist teaching process, which through of “bypassing” the educational system, that is, developing their own didactic methods to apply in the classroom, has been a strategic process to overcome the difficulties brought by their students. In addition, today's society demands competent, critical citizens who are able to face difficulties. Therefore, it is necessary to master the language, because it is from it that the subjects can express their perspectives, their ideals and defend their arguments. Thus, it is important to provide EJA students with language teaching that also focuses on the practical use of language.

Keywords: EJA. Teacher. Literacy. literacy. Language.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	09
1.1 Historicidade da modalidade EJA no Brasil	10
1.2 A Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil	13
2. CONCEPÇÃO DE LINGUAGEM, LEITURA E ESCRITA	14
2.1 Concepção de Linguagem leitura e escrita	14
2.2 O ensino de gramática na sala de aula	17
2.3 Os estudos sobre alfabetização e letramento	18
3. O QUE DIZEM OS PROFESSORES DE EJA DAS AULAS DE LÍNGUA PORTUGUESA?	20
4. A PESQUISA	22
4.1 Exposição	23
4.2 Impressões dos docentes	24
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	32
REFERÊNCIAS	33
APÊNDICES	

1 INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade da educação básica prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96). A EJA atende um público-alvo de pessoas jovens e adultas com trajetória escolar irregular, pessoas que retornam aos bancos escolares com o propósito de resgatar o tempo perdido e exercer de fato, a partir da alfabetização, do processo de leitura e escrita o direito de exercer a sua cidadania.

Conhecendo essa modalidade de ensino e sabendo das dificuldades enfrentadas em todo nosso processo histórico no sistema educacional brasileiro, este trabalho se configura como mais uma forma de aprofundamento a respeito da instauração do ensino da EJA. Busca discutir as principais dificuldades encontradas pelos professores de Língua Portuguesa desta modalidade de ensino, as concepções de escrita, de leitura, gramática e as metodologias utilizadas em sala de aula no ensino de língua em turmas de Jovens e Adultos.

Visamos compreender como se dá o ensino da Língua Portuguesa em salas de aulas da EJA e, conseqüentemente, como se dá o processo de alfabetização e letramento. O objetivo da pesquisa foi exatamente investigar como se dá essa prática de ensino nos dias atuais. Mais especificamente, foi importante a análise das estratégias usadas pelas professoras nas aulas ao tomarem a leitura e a escrita como objeto de ensino. Em um segundo momento, apresentaremos os resultados do questionário aplicado. Discutimos perspectivas, reflexões das aulas de Língua Portuguesa em turmas da EJA, com base nas respostas do questionário aplicado.

Metodologicamente, este estudo foi desenvolvido a partir de uma pesquisa de cunho qualitativo, de base exploratória e fundamentada com base dos textos teóricos de: Freire (2011), Moura(2003), Soares(2004), entre outros, que contribuíram para a construção deste trabalho sobre o campo de atuação dos professores de língua materna, na EJA. Como instrumento de coleta de dados aplicamos um questionário que incluiu seis perguntas acerca do ensino de língua portuguesa em turmas de EJA do ano de 2022. A coleta de dados foi feita a partir das respostas de cinco educadoras.

Este trabalho está organizado da seguinte forma: o primeiro tópico traz a historicidade da modalidade EJA no Brasil, em seguida é apresentado o Ensino da Educação de Jovens e Adultos na sociedade brasileira. Logo após, no terceiro capítulo, temos as práticas e concepções de leitura, escrita, gramática, os estudos sobre alfabetização e letramento. No quarto tópico trazemos reflexões acerca da prática do educador em sala de aula da EJA e já no quinto temos as discussões, reflexões do questionário aplicado. Por fim, temos em nosso trabalho as considerações finais e as referências.

1.1 HISTORICIDADE DA MODALIDADE EJA NO BRASIL

Educação de Jovens e Adultos, que educação é essa? A proposta de uma educação para jovens e adultos no Brasil iniciou junto com a história do país, no período colonial, com o processo de catequização feita pelos jesuítas, que delegaram a tarefa de catequizar os nativos, propagar a fé católica e também expandir a cultura portuguesa. Esse processo se deu ao longo de anos.

Contudo, com a partida dos Padres Jesuítas, em 1759, pelo marquês de Pombal, o processo educacional passou por transformações. As catequizações que eram mediadas pelos Padres Jesuítas foram enclausuradas nesse momento da história, não havia mais quem pudesse ensinar e a educação continuou com problemas. Moura (2003) explica que:

[...] com a expulsão dos jesuítas de Portugal e das colônias em 1759, pelo marquês de Pombal, toda a estrutura organizacional da educação passou por transformações. A uniformidade da ação pedagógica, a perfeita transição de um nível escolar para outro e a graduação foram substituídas pela diversidade das disciplinas isoladas. Assim, podemos dizer que a escola pública no Brasil teve início com Pombal. Os adultos das classes menos abastadas que tinham intenção de estudar não encontravam espaço na reforma Pombalina, mesmo porque a educação elementar era privilégio de poucos e essa reforma objetivou atender prioritariamente ao ensino superior. (MOURA 2003, p. 27)

Sebastião José de Carvalho e Melo, conhecido popularmente como “Marquês de Pombal”, foi o responsável por expulsar os Padres Jesuítas do território brasileiro. Desde então, com a reforma Pombalina e no tocante ao ensino escolar, percebemos então que apenas uma elite comandava na época. Projetos redirecionados à educação aos jovens, adquirindo uma forma subliminar, ademais, inacessível às classes menos abastadas. Ou seja, essa forma de ensino era destinada à elite. Apenas no século XIX teóricos e pesquisadores denunciaram a precariedade do ensino no Brasil (MARTINS, 2002, p. 08) e apresentaram propostas para ampliação de escolas.

Somente a partir da década de 1930 é que a educação de jovens e adultos começa a se destacar no cenário educacional do Brasil, quando em 1934 o governo cria o Plano Nacional de Educação do país que estabeleceu como dever do Estado o ensino primário integral, gratuito, de frequência obrigatória e extensiva para adultos como direito constitucional.

A criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, 04 n. 4024, de 20 de dezembro de 1961 se deu a partir das discussões que pudessem garantir a educação como direito a todos em todos os níveis e modalidade de ensino. Essa lei proporcionava ao educando a garantia de uma formação adequada, potencializando o seu desenvolvimento intelectual e

ainda estabelecia como função do sistema educacional a capacidade e qualificação para o mercado de trabalho, atuando também como “cidadão pensante”.

É possível citar como exemplo a proposta de educação popular para Jovens e Adultos de Paulo Freire (2011) que foi um importantíssimo mentor de alfabetização e educação popular no Brasil. A sua proposta de intervenção e geradora de aprendizado não se limitava apenas em separar sílabas, instigava o indivíduo a apropriar-se da sua própria realidade, pensando e agindo sobre ela. Freire e sua proposta repercutiu absurdamente na época que o mesmo foi nomeado Coordenador do Programa Nacional de Alfabetização. Entretanto, com o golpe militar ocorrido em 1964 foi impossível prosseguir com seu programa educacional. A ditadura militar traz para o Brasil nessa época um regime totalmente autoritário.

Toda essa projeção e estrutura de formar o indivíduo duraram apenas até 1964. Contudo, neste ano iniciou-se um longo período de uma administração centralizadora, experiências educacionais consideradas politicamente como ameaça, foram extintas. Sendo assim, a expansão dessa educação como direito a todos foi restrita e proibida pelo regime da época. Logo após, em 1967, o governo militar cria o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), com o intuito de alfabetizar funcionalmente e promover uma educação continuada.

Seguindo esse viés, apenas na Constituição de 1969 percebemos o anseio de garantir direitos a todos, rompendo uma parcela do paradigma imposto pelo golpe militar ocorrido em 1964 que resultou na remodelagem tanto social quanto educacional. Em seu Artigo 176:

“A educação, inspirada no princípio da unidade nacional e nos ideais de liberdade e solidariedade humana, é direito de todos e dever do estado, e será dada no lar e na escola.” (CONSTITUIÇÃO DE 1969)

Dessa forma, mesmo assegurando a educação como direito de todo indivíduo, as escolas viviam sob a supervisão dos agentes políticos. Infelizmente, nesse momento histórico do nosso país, a escola democrática não tem desenvolvimento em nossa sociedade.

Nesse sentido, apenas em 1971 surgiu a Lei 5692 de 20 de dezembro, oficialmente restituindo uma Reforma de Ensino, primeiramente no 1º e 2º grau após inúmeras discussões e participações da sociedade civil. Em seguida, observamos mudanças no Ensino Supletivo que compreendia a “escolarização regular para os adolescentes e adulto que não a tenham seguido ou concluído na idade própria”. E a partir de algumas ratificações referente ao novo parecer 699/72 do Conselho Federal de Educação explicitou as diferenças entre o ensino regular e o ensino supletivo.

Com o fim da Ditadura Civil Militar, em 1985, o Brasil voltou a vivenciar o sentido de democracia e o processo de redemocratização do sistema social e educacional, principalmente pela promulgação da nova Constituição do Brasil: a Constituição de 1988. É possível observar no art. 208:

“O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria; [...]” (BRASIL, 1988).

Nesse sentido, é na década de 90 que a (EJA) é reconhecida internacionalmente, principalmente pelas conferências organizadas pela Organização das Nações Unidas para ciência, cultura e educação, que potencializava a importância da formação do indivíduo, da educação para o crescimento, desenvolvimento do país.

A EJA é construída a partir de três funções cruciais para o ensino: função reparadora, equalizadora e qualificadora. Respectivamente, a EJA busca amenizar, reparar os danos causados pela própria sociedade, pelo sistema, uma vez que essas pessoas não puderam estudar por motivo alheio, equalizadora porque é uma educação que atinge a todos, independentemente de classe social e por fim qualificadora porque essa modalidade desenvolve competências e adquirem novas habilidades.

Atualmente, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) está fundamentada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 9394, de 20 de dezembro de 1996, e assegura o direito e a oportunidade à educação aos jovens e adultos, mesmo fora da idade prioritária, prevista em lei. Seguindo o Parecer 11/2000 do Conselho Nacional de Educação, que trata especificadamente das diretrizes curriculares temos: A defesa da Educação de forma gratuita; A substituição da nomenclatura de Ensino Supletivo, para Educação de Jovens e Adultos; Contemplação de uma base metodológica de formação docente para a EJA; EJA como base Constitutiva da Educação Básica; Direito a educação básica, independentemente, da idade, equalizadora ao retorno do aluno a instituição educacional independentemente a faixa etária.

Dessa forma, a Constituição Federal de 1988 é um aporte para a gratuidade, obrigatoriedade e respeito com a EJA, sendo assim, um processo de materialização, enquanto política pública. Portanto, temos a EJA com a finalidade de superar o analfabetismo de jovens e adultos que porventura não tiveram acesso à educação na idade própria, ou que ainda não concluíram o ensino básico. A EJA na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) ganhou força, tornando-se uma política de Estado, mas que a aplicação de suas leis também depende da adesão, cobrança e da fiscalização da sociedade.

É nesse sentido que o estado tem o dever de garantir:

I – Educação Básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17(dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria.

II – Atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência a saúde.

Trata-se de direitos constitucionalizados expressos na LDB e que estão cercados de mecanismos jurídicos. Portanto, é dever do Estado garantir esses direitos.

1.2 A Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil é uma área que engloba práticas, pesquisas, estudos, formação acadêmica e legislação. Sendo um processo de formação, de alfabetização, letramento a um público heterogêneo, com jovens, adultos e idosos. Em virtude dessa consideração, observa-se que o processo de formação dos indivíduos existe desde o período colonial, época que se referia à educação dos adultos, ou povos que habitavam as terras colonizadas no Brasil e que deviam ser catequizados. O ponto de partida do processo de formação dos indivíduos vem desde séculos atrás. A sociedade seguia uma cultura de catequização de seu povo, esse processo era feito pela igreja, pela comunidade, etc.

Seguindo esse viés, a EJA é formada principalmente por adultos que a sua vida escolar foi interrompida por várias razões ao acesso à educação. Esse grupo excluído por motivo alheio a sua vontade redirecionada ao âmbito escolar é vítima da ausência de políticas educacionais voltadas exclusivamente a esse segmento etário, que deve ser contemplada e suprida por uma educação básica de qualidade.

Dessa forma, na educação brasileira a importância do Ensino de Jovens e Adultos para o desenvolvimento social no país, é exatamente na busca de superação das desigualdades existentes entre os públicos, o com acesso a educação básica em seu tempo regular e a priorização do público que não teve acesso à educação na idade própria. Nesse sentido, com toda essa discussão acerca do acesso a educação de qualidade para o público que engloba a EJA, perante a Constituição de 1988, no seu artigo 205 e também em seu artigo 6º temos respectivamente a educação como direitos a todos e a educação como direito social. E para efetivar ainda mais a pauta sobre o acesso a esse direito a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Lei de n. 9394/96, trouxe em seu artigo 37, § 1º:

Art. 37º A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos nos ensinos fundamental e médio na idade própria e constituirá instrumento para a educação e a aprendizagem ao longo da vida. (Lei de n. 9394/96,)

§ 1º: Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

Esse artigo traz exatamente o que se entende pela Educação de Jovens e Adultos, contemplando a aprendizagem de forma ampla na formação dos sujeitos.

2. AS CONCEPÇÕES DE LINGUAGEM E O ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA EM TURMAS DE EJA

Neste tópico apresentaremos o aporte teórico que fundamentou a pesquisa, referente às concepções de linguagem e o ensino da língua portuguesa no momento de atuação nas turmas de EJA. O primeiro ponto a ser esclarecido será sobre as concepções de linguagem, leitura e escrita, quais as que perduraram até os dias atuais na educação e qual a mais utilizada em nossas salas de aulas. No subtópico seguinte discorreremos sobre o ensino de gramática na sala de aula, logo depois sobre os estudos e sobre os processos de alfabetização e letramento.

2.1 Concepção de linguagem, leitura e escrita

As concepções de linguagens são apresentadas sob três perspectivas teóricas que estiveram presentes e que ainda estão presentes nas aulas de Língua Portuguesa. Cunha (2009) afirma que nossas práticas de ensino são orientadas pelas concepções de língua e linguagem que recebemos ao longo do nosso processo de formação enquanto sujeitos. Sendo assim, podemos então destacar três perspectivas diferentes para então compreendermos a linguagem. São elas: a linguagem como representação “espelho” do mundo e do pensamento; b) como instrumento “ferramenta” de comunicação e; c) como forma, ou seja, “lugar” de ação ou construção de interação. Para Koch (2000, p.09), é sob essas perspectivas que o processo da linguagem passou a ser construído e ser explorado em sala de aula.

Ainda nesta mesma perspectiva, a primeira concepção é definida como captação das ideias do autor descartando as experiências e os conhecimentos do sujeito leitor. Sendo assim, temos a língua sendo compreendida como homogênea, estática e prescritiva, a língua escrita, impondo aos seus indivíduos normas a serem adotadas e é diante da língua padrão estabelecida pela gramática normativa que a temos como centro de comunicabilidade, abstendo-se de todo contexto sociocultural, histórico e ideológico do sujeito.

Em segundo momento, de acordo com Travaglia (1998, p.22), temos a língua como principal ferramenta de comunicação. Percebemos a importância dos canais de emissão e recepção, ambos sendo responsáveis pela troca de informações de um mesmo código/língua. Porquanto, temos o ensino da língua como processo descritivo, ou seja, apenas como processo de codificação e decodificação. E apenas em um terceiro momento com estudos que envolvem correntes linguísticas, sociolinguísticas, Bakthinianas, a qual vê a relação dialógica dos enunciados no campo em uso da linguagem, é que possibilita enxergar a linguagem como

processo de interação. Portanto, essa terceira concepção linguística leva-se em consideração todo o processo social, histórico e ideológico do indivíduo.

Partindo dos pressupostos explícitos, trazendo a concepção de leitura, sabemos que é uma atividade cognitiva importante exatamente por estar ligada a percepção de significados, códigos, língua, inferência e à memória. Portanto, a leitura só assume seu papel de modificadora da sociedade se a ela é concebida um papel interacionista. É a partir dessa concepção interacionista que as aulas de leitura nas turmas da EJA devem ser desenvolvidas. De acordo com Pereira (2009), no sociointeracionismo o social da vida do ser humano é levado em consideração, pois contempla os elementos constituintes das relações interpessoais. Pereira (2009) traz essa relação dos aspectos de vida do sujeito com a leitura, pois a partir desse processo temos o interacionismo, a relação entre o ser, todo seu contexto histórico, social, cultural com a leitura. Importante ressaltar que conforme os Parâmetros Curriculares Nacionais o aluno “compreenda a leitura em suas diferentes dimensões: o dever de ler, a necessidade de ler e o prazer de ler” (BRASIL, 1998, p.51). Por conseguinte, observamos que o eixo preponderante a leitura tem como importância na sala de aula como também na categoria extracurricular.

Entendemos que a escola tem um fundamental papel na vida do aluno, pois não apenas com a formação na educação básica, mas como formação enquanto cidadão, sujeito social, moral e ético. Por tal razão, quando falamos na formação do leitor cidadão também mostramos aos nossos alunos o poder de compreensão e interpretação que a leitura engloba. Em virtude dessa consideração, a concepção de leitura que vê a linguagem como meio de interação foca no autor/texto/leitor, que é vista como atividade de produção de sentidos que surgem a partir da interação texto sujeitos, a partir dos elementos da superfície do texto, bem como dos saberes e conhecimento inerente à experiência do leitor.

Já com a escrita pode ser tida como a representação gráfica da fala, ou como conjunto de códigos linguísticos. É importante reconhecer que a escrita está presente em nosso meio social, às vezes sendo necessária para ascensão em alguns ambientes. Desta forma, fica evidenciada a relevância do trabalho com a escrita em sala de aula, uma vez que ela faz parte do cotidiano. Mas de que escrita estamos falando? A compreensão da escrita envolve diversos aspectos, sua definição está diretamente relacionada a uma concepção de linguagem, de texto e de sujeito.

Sendo assim, a escrita poderá ser entendida a partir de três concepções distintas que terão seu foco na língua, no escritor ou na interação entre autor/leitor. Nesta forma de ver a escrita com foco na língua, o texto é considerado como produto da codificação feita pelo escritor

e será decodificado sujeito leitor. Para isso, o escritor e o leitor só precisam conhecer o código que foi utilizado. Não há informações implícitas, “tudo está dito no dito, ou em outras palavras, o que está escrito é o que deve ser entendido” (Koch; Elias, 2009, p.33). Nesta concepção, compreendemos a linguagem como sistema pronto, cheio de regras a serem assimiladas. Diferentemente, na concepção de escrita que tem o foco no escritor, o texto é tido como sendo produto do pensamento do autor, este constrói uma representação de mundo, a transporta para o papel e ao leitor cabe a compreensão daquilo que o autor supõe ter colocado no papel, tal e qual ele pensou. O leitor, nesta perspectiva, é totalmente passivo e suas experiências de mundo e conhecimentos prévios são irrelevantes.

Esta concepção nos remete à ideia de linguagem como expressão do pensamento. Já a concepção de escrita com foco na interação é considerada como produção de texto, que exige de seu escritor a ativação de estratégias de produção, de conhecimentos, partindo do leitor que irá alcançar. Neste sentido, o autor precisa conhecer o seu público leitor para organizar as suas ideias, uma vez que o sentido do texto será resultado da interação autor/leitor, e não mais apenas do uso do código ou das intenções do autor. Compreendemos, pois, ser esta última a concepção de escrita que deverá ser instigada em sala de aula. De acordo com a BNCC,

“O eixo da escrita, por sua vez, compreende as práticas de produção de textos verbais, verbo-visuais e multimodais, de diferentes gêneros textuais, considerando a situação comunicativa, os objetivos visados e os destinatários do texto (BRASIL, 2017, P.64).

Como vemos, a escrita é, pois, interativa, na qual tanto o escritor quanto o leitor são sujeitos ativos. A escrita não é apenas mera transcrição da fala, é necessário que os alunos em sala de aula, tenham a noção, para lidar com representação de sons e letras. A sala de aula deve ser um espaço de muitas informações escritas, o aluno precisa ser instigado ao hábito da leitura, ao conhecimento dos gêneros textuais, tudo isso facilita o poder de compreensão das especificidades do sistema da escrita. A escrita resulta das relações de poder e domínio que existe em todas as sociedades, sem dúvidas essa modalidade da língua portuguesa, é um produto cultural que perpetua na sociedade desde milênios atrás.

2.2 O ensino de gramática na sala de aula

O ensino de Gramática ainda manifesta tendenciosa e preferencialmente o ensino do dialeto padrão, regrada pela norma culta, distanciando e silenciando as demais variedades.

Dessa forma, na escola essa modalidade é avaliada a partir das atividades escritas produzidas pelos alunos.

É por meio da gramática que o aluno desenvolve aspectos que facilitam sua capacidade de leitura e de escrita. Contudo, existem dificuldades de intensificar o ensino da gramática de forma prazerosa. Ademais, parte dos professores do nosso sistema educacional ainda trabalha com a perspectiva da gramática normativa.

Há ainda uma abordagem histórica em relação ao ensino de gramática na disciplina de Língua Portuguesa:

[...] a disciplina Português manteve, até a metade do século XX, a tradição da gramática, da retórica e da poética. Fatores externos levaram à democratização do ensino: os filhos dos trabalhadores chegam à sala de aula nas décadas de 50 e 60, mas do ponto de vista interno, poucas mudanças ocorreram: a língua continuou a ser concebida como um sistema centrado na gramática vista como um instrumento para atingir fins retóricos e poéticos. Principalmente a partir dos anos 70, estudos de Linguística começam a visitar o ensino de língua materna. Tais estudos, nos diferentes campos da linguagem, começam a pressionar a escola rumo a mudanças significativas, nem sempre devidamente compreendidas ou aplicadas (Antunes, 2003, p. 41).

Atualmente, é possível perceber em salas de aulas com o estudo da Língua Portuguesa, os enfadonhos exercícios de regras gramaticais, exercícios descontextualizados e fragmentados, incapazes de fazer com que os alunos entendam que existe a necessidade de se aprender determinados usos da Língua para efetiva participação social. Surge a necessidade urgente de renovação das práticas pedagógicas a fim de se chegar ao desenvolvimento integral do estudante, levando-os a entender que a ampliação de suas potencialidades comunicativas os tornará mais críticos e ativos na sociedade em que estão inseridos.

As aulas de português devem, portanto, explorar os eixos de escrita, leitura, oralidade e análise linguística, partindo da função social da língua, dos usos reais. As possibilidades de uso social, os conteúdos das aulas passam a ter significado e serão assimilados facilmente.

Segundo Antunes (2003, p. 89), “as línguas existem para serem faladas e escritas, as gramáticas existem para regular os usos adequados e funcionais da fala e da escrita das línguas”. Sendo assim, conclui-se que o trabalho do professor de língua deverá estar pautado na funcionalidade da língua e que seu papel será o de levar os alunos à compreensão dos fenômenos linguísticos a partir de possíveis situações comunicativas, capacitando-os para o exercício pleno e consciente de sua cidadania. De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), em relação ao ensino de gramática, a proposta é que a gramática seja compreendida em seu funcionamento de maneira contextualizada, que a memorização de regras seja substituída pela compreensão de formas de uso.

Travaglia (2005) traz três definições de gramática. Temos a gramática normativa, a gramática descritiva e por fim a gramática internalizada, respectivamente. A primeira gramática traz a concepção do certo e o errado, ou seja, tudo que foge do padrão da norma culta, da regra, é considerada erro. A segunda gramática, a descritiva, consiste na descrição da estrutura e do funcionamento da língua, de todas as suas variedades em uso. E por fim temos a gramática internalizada que centraliza seus estudos nas regras aprendidas e usadas em situações de interação. Ela não se aprende na escola, mas sim com a “ativação e amadurecimento progressivo (ou da construção progressiva), na própria atividade linguística, de hipóteses sobre o que seja a linguagem e de seus princípios e regras” (TRAVAGLIA, 2005, p. 28). Nessa perspectiva, não temos noção de erro, mas de adequação e inadequação à situação de interação comunicativa.

A esses três tipos de gramática se atrelam três tipos de ensino de língua: o prescritivo à gramática normativa, o descritivo, conseqüentemente à gramática descritiva, e o produtivo remete à gramática internalizada, que tem o poder de ampliar o uso da língua, e capacitar o sujeito a se expressar em diferentes situações de comunicação do cotidiano.

Sendo assim, a gramática passou a ser abordada de forma mais reflexiva, linguística. O educando deve ser conduzido a compreender, formular e verificar hipóteses, de maneira que construa e reconstrua a língua, assim como a se questionar sobre a língua a partir da observação das regras. Nesse sentido, ele passa ter papel ativo em seu processamento.

2.3 Os estudos sobre alfabetização e letramento

O processo de alfabetização vem sofrendo por anos algumas modificações. Para entender melhor esse processo, observamos o que Schwartz (2012, p.23), traz:

“Até 1940, eram consideradas alfabetizadas as pessoas que declaravam saber ler e escrever e que assinavam seu nome para comprová-lo. A partir de 1950 e até o último censo, realizado no ano de 2000, os instrumentos de avaliação foram alterados e passaram a considerar alfabetizados os que se declaravam serem capazes de ler e escrever um texto simples.”

Percebemos, assim, que a alfabetização não tem um conceito inerte, imutável, mas sim, o processo de alfabetização ocorre com a adequação das necessidades a sociedade em cada época. De acordo com Moreira (1993, apud SCHWARTZ, 2012, p. 24),

“o conceito de alfabetização se refere à habilidade de ler e escrever. Ler é ser capaz de se descentrar de suas ideias e pensamentos para acompanhar, compreender, analisar, julgar o pensamento do outro, buscar o significado por trás as palavras, ler também as entrelinhas.”

Como vemos, a Alfabetização não se limita apenas ao processo de codificar e decodificar. Na década de 90, a Unesco traz o conceito sobre o analfabetismo funcional, trazendo também altos índices desse processo da alfabetização presente na sociedade. Logo em seguida, utilizando os conceitos do Inaf (Indicador de Alfabetismo Funcional), foram identificados os níveis e divididos em dois grupos os indivíduos com capacidade de ler, produzir, e compreender diferentes tipos de textos e os indivíduos com capacidade de codificar e decodificar que inclusive tem maior índice na sociedade. Segundo dados obtidos pelo Inaf (2018, pág. 08)

Os Analfabetos Funcionais – equivalentes, em 2018, a cerca de 3 em cada 10 brasileiros – têm muita dificuldade para fazer uso da leitura e da escrita e das operações matemáticas em situações da vida cotidiana, como reconhecer informações em um cartaz ou folheto ou ainda fazer operações aritméticas simples com valores de grandezas superior às centenas.

A partir do exposto, observamos que o processo de alfabetizar recai principalmente no papel do professor em sala de aula. O docente que muitas vezes continua reproduzindo ações, concepções e atitudes repetitivas. É necessário compreender as evidentes mudanças necessárias para a prática pedagógica. De acordo com Schwartz (2012):

A psicogênese mostrou que não é o que acontece, porque todos os sujeitos que vivem na cultura escrita pensam e constroem hipóteses sobre ela. Outra ideia equivocada era apresentar letras e sílabas até formar as palavras. Seguir essa ordem era considerado partir do fácil para o difícil. (SCHWARTZ, 2012, p. 44)

De acordo com Schwartz (2012), partir do pressuposto de ensinar do fácil ao mais difícil seria ignorar o conhecimento prévio desses alunos. Freire (2006) diz que o analfabetismo é tido, em visão ingênua, como incapacidade intelectual de um povo, esse problema precisa ser erradicado. É necessário alfabetizar para a criticidade, alfabetizar partindo da realidade dos educandos. A psicogênese é denominada de construtivismo, é uma teoria estudada para superar as dificuldades das práticas excludentes de alfabetização. Nessa perspectiva, a psicogênese discute e desmitifica o processo cognitivo de construção da escrita, esse processo aconteceria pelas fases: pré-silábica, silábica, silábica-alfabética, e por fim alfabética.

É necessário entender também que a relação entre alfabetização e letramento é fundamental para a construção de práticas de ensino na modalidade da EJA. Segundo Soares (2004):

“Letramento é palavra e conceito recentes, introduzidos na linguagem da educação e das ciências linguísticas há pouco mais de duas décadas. Seu surgimento pode ser interpretado como decorrência da necessidade

de configurar e nomear comportamentos e práticas sociais na área da leitura e da escrita que ultrapassem o domínio do sistema alfabético e ortográfico, nível de aprendizagem da língua escrita perseguido, tradicionalmente, pelo processo de alfabetização.” (SOARES, 2004, p.96).

Estamos em uma sociedade letrada, cheia de saberes e portadora de cidadãos com olhar crítico. Dessa forma, estamos em constante processo com os códigos da língua escrita. Partindo dessa concepção, não podemos ignorar que cada aluno leva consigo uma bagagem das inúmeras experiências vivenciadas. Por isso Moll (2011) diz que esses adultos não são analfabetos e sim adultos em alfabetização.

Seguindo nessa perspectiva, Soares afirma que:

“Dissociar alfabetização e letramento é um equívoco porque, no quadro das atuais concepções psicológicas, linguísticas e psicolinguísticas de leitura e escrita, a entrada da criança (e também do adulto analfabeto) no mundo da escrita ocorre simultaneamente por esses dois processos: pela aquisição do sistema convencional de escrita – a alfabetização – e pelo desenvolvimento de habilidades de uso desse sistema em atividades de leitura e escrita, nas 18 práticas sociais que envolvem a língua escrita – o letramento. (SOARES, 2004, p. 14)

Desse modo, a alfabetização na concepção crítica só poderá ser mediada por um docente cidadão crítico, por um professor que reconheça a educação como processo político e a defenda. Para Soares (2007, p. 119 – grifo da autora), “[...] uma concepção de alfabetização como prática da liberdade, educação como conscientização [...]”. Assim, essa concepção é identificada como método analítico-sintético não apenas como mera perspectiva de ensinar a ler e escrever, mas como processo de democratização da cultura, de reflexão sobre o mundo. É nesse sentido, que temos a perspectiva é um equívoco dissociar a alfabetização e o processo de letramento.

3 O QUE DIZEM OS PROFESSORES DE EJA DAS AULAS DE LÍNGUA PORTUGUESA?

O professor da EJA deve redirecionar concepções que em sua prática pedagógica almeje resgatar a cidadania do indivíduo, bem como sua vontade de participar da sociedade, a partir de segmentos e práticas que desenvolvam o pensamento crítico e reflexivo, sem deixar de considerar os conhecimentos e habilidades de que esses sujeitos adquirem em suas experiências acumuladas, cotidianamente, em sua comunidade, nos espaços de trabalho, na cultura e crença que acreditam e estão inseridos.

De acordo com Paulo Freire (1982), é necessário mostrar que o papel do professor da EJA vai além do simples ensinar, requer reflexão, propondo uma “educação libertadora” (FREIRE, 1982), que resgate a cidadania do indivíduo, afirmando que o homem é principal sujeito pela construção da sua história, buscando inserir o indivíduo na sociedade, assim, transformando sua realidade.

Seguindo esse pensamento, neste cenário, na modalidade EJA, temos alunos que devido a vários fatores se afastaram da escola ou nem sequer frequentaram uma sala de aula. Assim, professores precisam desenvolver aulas de língua portuguesa que contemplem as concepções de leitura, linguagem e escrita sociointeracionista que busquem facilitar a compreensão dos assuntos da disciplina de Língua Portuguesa. Descreve-se abaixo alguns aspectos relevantes:

O ambiente de sala de aula deve estar favorável a esta aprendizagem. Todo o grupo de alunos deve querer aprender. O grau de afetividade que envolve todo o grupo e o professor é um dos fatores relevantes e, esta afetividade deve ser trabalhada em sala de aula, construída diariamente na relação sadia entre o professor e o aluno. Será importante, assim, que, nas aulas de Língua Portuguesa, haja um vínculo através da produção escrita, conteúdos e/ou conceitos específicos deste componente curricular com a vida de seus alunos, solicitando-lhes que escrevam sobre aspectos de suas vivências socioculturais, propondo que esses textos sejam lidos para os colegas e discutidos em sala de aula. Ler e escrever, portanto, implicam redimensionar as práticas e os espaços escolares. Isto leva a uma reflexão sobre a relação pessoal com o desenvolvimento da leitura e da escrita na sala de aula e, no limite, propõe o desencadeamento de novos modos de ser e fazer o ler e o escrever na escola: a formação de cidadãos e cidadãs para um mundo em permanente mudança nas suas escritas, e cada vez mais exigente quanto à qualidade da leitura. (MALCON, 2006, p. 91).

Conforme os PCNEM (2000, p.18), “o processo de ensino/aprendizagem de Língua Portuguesa deve basear-se em propostas interativas língua/linguagem, consideradas em um processo discursivo de construção do pensamento simbólico, constitutivo de cada aluno em

particular e da sociedade em geral”. Nesse sentido, o professor passa ser um mediador de conhecimento.

Segundo a entrevista que será apresentada no próximo tópico, fazendo breve comentário a respeito de quais os desafios enfrentados por professores de EJA, as professoras pontuaram que a desvalorização do corpo docente ainda está muito presente nos dias atuais, a. A falta de material didático também é uma problemática a ser enfrentada, e os processos tradicionais que o sistema educacional ainda propõe acarreta falhas no processo de ensino aprendizagem dos alunos.

4. A PESQUISA

A presente pesquisa é de natureza qualitativa de base exploratória. De acordo com Neves (1996), a pesquisa qualitativa se preocupa com o processo social, com a compreensão do fenômeno de (descrevê-lo e interpretá-lo). Gil (2017) considera que as pesquisas exploratórias buscam compreender determinadas perspectivas em relação ao evento, ou seja, uma linha de investigação em sua estrutura de planejamento.

Para a realização da coleta de dados, foi aplicado um questionário direcionado para professores (as) de língua portuguesa de EJA no período de junho a setembro de 2022. Esse questionário foi aplicado no primeiro semestre do ano de 2022 e só conseguimos as respostas no segundo semestre do atual ano. Foi dado um prazo de quinze dias para os entrevistados enviarem as respostas. Foi uma pesquisa com intuito de conhecer o processo de ensino nas aulas de língua portuguesa em turmas de EJA, quais as concepções de leitura, de escrita, de gramática utilizadas, a metodologia, o material didático, a forma de abordagem do ser professor na Educação de Jovens e Adultos.

Entramos em contato com 7 (sete) professores. Apenas 4 (quatro) professores contribuíram com a pesquisa, sendo todos da rede pública de ensino e de duas localidades, Salgado de São Félix/PB e Mogeiro-PB.

4.1 Exposição do questionário

Foi elaborado um questionário com 5 (cinco) perguntas. Todas abertas com possibilidade de levar os entrevistados a falarem sobre as suas práticas. As perguntas eram totalmente voltadas para o ensino da língua portuguesa em salas de aula da EJA, no sentido de compreender como elas (professoras) atuavam em salas de EJA. A nossa maior busca era compreender a forma com que essas profissionais assumiam seu papel como docente nessa modalidade de ensino. O questionário foi elaborado com intuito de pontuar semelhanças e diferenças em questões que pudessem nos fazer compreender o processo de ensino e aprendizagem de cada docente entrevistada.

4.2 Impressões dos docentes

A construção do questionário se deu pela curiosidade e linha investigativa a partir de como as professoras lecionavam Língua Portuguesa em Sala de aula de EJA. Nossa primeira pergunta é exatamente qual a concepção de linguagem utilizada em sala de aula. Os professores responderam:

Linguagem realizadora de ações através da interação social e cognitiva, que considera o sujeito como atores sociais e ativos em sociedade. (Professora Adriana Cristina Trajano Marinho, Escola ECIT Otávia Silveira)

Nas turmas de EJA, em muitas situações, se utiliza a concepção da linguagem como processo de interação, e em outras ainda, a linguagem como instrumento de comunicação. (Rosângela Guedes de Lima, Escola ECIT Otávia Silveira)

Adotamos a concepção de linguagem como processo de interação, sendo a língua um lugar de interação comunicativa entre interlocutores (Travalia, 2002). (Maria Rita, não identificou a escola)

A linguagem utilizada, é a mais simples possível, para que os alunos possam entender de forma mais fácil. (Pricylla Rodrigues Franco, Escola Municipal Eunice Barbosa)

Nesse primeiro momento, as professoras entrevistadas relataram sobre a sua concepção de linguagem em sala de aula. A professora Adriana argumentou em sua fala que utiliza a linguagem através da interação social e cognitiva. Ou seja, a linguagem como processo de interação. Portanto, essa concepção linguística leva-se em consideração todo o processo social, histórico e ideológico do indivíduo. As respostas expostas acima seguem uma mesma linha, o uso recorrente da linguagem como processo de interação, de valorização também da cultura e dos saberes que o indivíduo traz e que foi construído ao longo de sua formação social.

Para o ensino da modalidade EJA, a politização do aluno é construída com a sua bagagem de conhecimento de mundo, com a junção dos saberes que esses indivíduos trazem e que adquirirão no decorrer do tempo escolar. Por isso, é importante que o doente saiba aproveitar-se destas experiências vivenciadas pelo indivíduo, para construir a compreensão sobre o uso das linguagens. É importante destacar que por muitas vezes o aluno está intrinsecamente ligado ao paradigma de uma educação extremamente tradicional e autoritária, e é necessário romper esse paradigma da vida do aluno.

A Escola não é um lugar de apenas reprodução de conhecimentos, por isso é importante construir a linguagem como lugar de construção de relações sociais. Na atualidade, sabemos que a relação de professor com a escola tem em conta a experiência trocada, o ensino aprendizagem, o ver, o ouvir e o praticar, conforme as OCN:

Finalmente, há que observar que esse processo não é apenas racional, nele intervindo afetos e valores, percepções e intuições, que embora fruto das experiências inscreve-se no âmbito das emoções, ou seja: no campo do sentido, do irracional. Dessa perspectiva, o ato de conhecer resulta do desejo de conhecer, de uma vasta e por vezes

impensável gama de motivações e é profundamente significativo e prazeroso enquanto experiência humana. (OCN, 2010, p. 32)

Sendo assim, o ser professor tem papel significativo na vida do aluno. Dessa forma, sua abordagem e sua metodologia de ensino contribuem para a formação e construção do indivíduo enquanto cidadão, enquanto ser pensante. Quanto à segunda pergunta feita, questionamos: Qual a metodologia mais utilizada quando se toma a leitura e a escrita como objetos de ensino?

Dependendo do objetivo pretendido, das turmas e da sondagem que faço a cada princípio de ano ou período, desenvolvo propostas a partir de sequências didáticas ou círculos de leitura, de livros didáticos, depende muito. Desde aulas expositivas, dialogadas, seminários, teatro, tudo que seja viável ao objetivo de aprendizagem e as condições didáticas que tenho. (Professora Adriana Cristina Trajano Marinho ECIT OTÁVIA SILVEIRA)

A metodologia que valorize a realidade e o cotidiano do estudante. (Professora Rosângela Guedes de Lima, ECIT Otávia Silveira)

Para o ensino de leitura e escrita como objeto de ensino adotamos as seguintes metodologias:

- ✓ Leitura oral e compartilhada;
- ✓ Leitura protocolada;
- ✓ Exibição de vídeos relacionados à prática de leitura e escrita;
- ✓ Resumo;
- ✓ Resenha;
- ✓ Resumo minuto;
- ✓ Mapa mental;
- ✓ Mapa conceitual;
- ✓ Metodologias ativas.

(Professora Maria Rita, sem identificação da escola)

A metodologia utilizada de leitura em quadro branco, e utilização de material lúdico, atividades de escrita e leitura em folha A4. (Professora Pricylla Rodrigues Franco, Escola Municipal Eunice Barbosa, Escola Eunice Barbosa)

Percebemos que as entrevistadas assemelham suas respostas em relação às metodologias utilizadas em sala de aula. A professora Adriana Trajano argumenta que elabora suas atividades, sua sequência didática a partir do conhecimento de mundo de seus alunos, do conhecimento prévio que faz dos alunos nos primeiros dias de aula. É de conhecimento dos educadores que deve existir uma troca mútua de saberes. Cada aluno traz consigo saberes que foram desenvolvidos ao longo de sua caminhada. O aluno não pode ser tratado como um agente passivo. Sobre isso, Paulo Freire (2011) nos diz que:

É neste sentido que ensinar não é transferir conhecimentos, conteúdos, nem formar é ação pela qual um sujeito criador dá forma, estilo ou alma a um corpo indeciso e acomodado. Não há docência sem discência, as duas se explicam e seus sujeitos, apesar das diferenças que os conotam, não se reduzem à condição de objeto um do outro. Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender (FREIRE, 2011, p. 25).

Desse modo, a Educação de Jovens e Adultos traz a perspectiva que não devemos enxergar os alunos como incapazes e por muitas vezes educadores apresentam uma abordagem totalmente superficial que não instiga esses indivíduos, não os faz pensar. Para Paulo Freire (2011):

O educador democrático não pode negar-se o dever de, na sua prática docente, reforçar a capacidade crítica do educando, sua curiosidade, sua insubmissão. Uma de suas tarefas primordiais é trabalhar com os educandos a rigorosidade metódica com quem devem se ‘aproximar’ dos objetos cognoscíveis (FREIRE, 2011, p. 28).

Nesse sentido, o professor da modalidade EJA precisa assumir o papel de mediador, de incentivador e deve mostrar aos seus alunos que o conhecimento é algo mutável e que vai se transformando no dia a dia. Freire (2011) afirma que:

Como educador preciso ir “lendo” cada vez melhor a leitura de mundo que os grupos populares com quem trabalho fazem de seu contexto imediato e do maior de que o seu é parte. O que quero dizer é o seguinte: não posso de maneira alguma, nas minhas relações político-pedagógicas com os grupos populares, desconsiderar seu saber de experiência feito... E isso tudo vem explicitando ou sugerido ou escondido no que chamo de leitura do mundo, que precede sempre a leitura da palavra (FREIRE, 2011, p. 78-79, grifo do autor).

O nosso ilustre Paulo Freire (2011) aborda que antes da leitura da palavra temos a leitura de mundo, pois é na leitura de mundo que as experiências são vividas, e essa leitura é importantíssima, pois é a partir dela que o educador deve construir sua prática educativa, respeitando a cultura, o social e a crença do seu aluno.

Como as nossas entrevistadas ministram aula de Língua Portuguesa, perguntamos em seguida: O que você entende por alfabetização e Letramento? Existe alguma preocupação em alfabetizar letrando? Explique.

Bem, apesar de trabalhar com o ensino fundamental II e médio, tenho essa preocupação, principalmente nas turmas da EJA e agora com o abismo que a pandemia promoveu no processo de aprendizagem das turmas é urgente e diz respeito a todo professor comprometido. Alfabetizar e letrar para mim, são duas ações indissociáveis. Compreendo que alfabetizar e letrar é ensinar a ler e a escrever em contextos sociais diversos, é saber reconhecer o mundo, o social onde o aluno está inserido, é complexo, mas possível e vejo como um caminho viável à educação. (Professora Adriana Cristina Trajano Marinho, ECIT Otávia Silveira)

A alfabetização é o processo no qual o indivíduo aprende a ler e a escrever e o letramento é a aplicabilidade consciente dessa aquisição. Apesar de ser essa a situação ideal, acredito que ainda exista uma antiga prática de alfabetizar sem necessariamente atrelar essa ação ao letramento, quando esse processo acontece voltado para a mera decodificação. (Professora Rosângela Guedes de Lima, ECIT Otávia Silveira)

A alfabetização significa o ato de decodificar, já o letramento é um fenômeno plural que concebe a leitura e a escrita enquanto práticas indissociadas, determinadas pelos diferentes contextos sócio-histórico-discursivos. Existe sim essa preocupação. Embora as duas concepções sejam distintas, elas são inseparáveis, pois é necessário ensinar a ler e a escrever de maneira que o educando saiba interpretar tudo o que lê e

escreve, além de buscar se tornar um sujeito crítico. (Professora Maria Rita, não identificou a escola)

Alfabetização é maximizar a realidade para os alunos. Tornar a vida de cada aluno mais acessível ao mundo. (Professora Pricylla Rodrigues Franco, Escola Municipal Eunice Barbosa).

Analisando as respostas das professoras, de início a educadora Adriana Cristina pontuou que alfabetizar e letrar é ensinar a ler e a escrever em contextos sociais diversos, é saber reconhecer o mundo, o social onde o aluno está inserido, é complexo, mas possível e vejo como um caminho viável à educação. Para ela, os processos de alfabetização e letramento são indissociáveis, devem seguir juntos no intuito de contribuir em sua prática educativa. Alfabetizar e letrar vai além dos processos de codificações e decodificações. E seguindo essa perspectiva, Soares traz em sua obra sobre letramento e alfabetização que:

Dissociar alfabetização e letramento é um equívoco porque, no quadro das atuais concepções psicológicas, linguísticas e psicolinguísticas de leitura e escrita, a entrada da criança (e também do adulto analfabeto) no mundo da escrita ocorre simultaneamente por esses dois processos: pela aquisição do sistema convencional de escrita – a alfabetização – e pelo desenvolvimento de habilidades de uso desse sistema em atividades de leitura e escrita, nas 18 práticas sociais que envolvem a língua escrita – o letramento. (SOARES, 2004, p. 14, grifo da autora)

Partindo dessa experiência do aluno, que traz consigo sua bagagem, não deve ser ignorada qualquer forma de saber, o professor deve, aliás, contribuir para esses processos de Alfabetização e Letramento. Levando em consideração a resposta da questão 3, da professora Rosângela, ao afirmar que a alfabetização é o processo no qual o indivíduo aprende a ler e a escrever e o letramento é a aplicabilidade consciente dessa aquisição, temos uma definição tradicionalista desses processos educacionais. Tenhamos consciência que com base a respeito da alfabetização e letramento, é possível notar a necessidade de alfabetizar em uma perspectiva de letramento, trazendo os conhecimentos prévios desses jovens e adultos para que eles se sintam parte do processo de ensino aprendizagem, pois de fato eles são.

Na perspectiva das Professoras Maria Rita e Pricylla, que foram bem mais sucintas na hora de responder, elas apresentam que a alfabetização e Letramento, os dois processos contribuem para a maximização de saberes do aluno, ao qual é necessário ensinar a ler e a escrever de maneira que o educando saiba interpretar tudo o que lê e escreve, e ir muito mais além. Esses processos quando inseparáveis contribuem para a formação do educando como sujeito crítico para a sociedade.

Na EJA os conteúdos de Língua Portuguesa devem condizer com a necessidade de aprendizagem dos alunos, sem aulas infantilizadas, tendo como base o corpo dos discentes com suas realidades, esses alunos precisam de práticas que os instiguem e os faça ir além.

Abordamos na questão 4 o seguinte questionamento: Existe alguma dificuldade em trabalhar leitura e escrita com os alunos da EJA? Qual/Quais?

Sim. Fatores como falta de material adequado, valorização externa e interna e a cultura impedem o bom andamento nessas turmas. Vejo que as turmas da EJA estão relegadas as piores circunstâncias e a condições que as redes de ensino podem oferecer, “é o aluno de segunda classe”. Ensino a EJA há alguns anos e cada dia a desvalorização se torna maior. No entanto, como cidadã e professora, procuro desenvolver as melhores práticas, todas as minhas sequências e as ações que desenvolvo tem seu princípio na EJA e amplo para o regular do fundamental II ao médio. Sei que não posso mudar o sistema, mas mudo minha sala! Sempre haverá flores nos meus jardins EJA! (Professora Adriana Cristina Trajano, ECIT Otávia Silveira)

Existem diferentes graus de dificuldades ao se trabalhar leitura e escrita com os alunos da EJA. Há alguns que apresentam um relativo domínio em ambas as atividades; outros têm facilidade com a leitura, mas a produção escrita é bastante deficitária; outros, no entanto, apresentam dificuldades com as duas. Dentre os que possuem dificuldades com a leitura, alguns possuem resistência em realiza-las, principalmente de forma oral. (Rosângela Guedes de Lima, ECIT Otávia Silveira)

As dificuldades são visíveis. Alguns alunos têm vergonha de fazer a leitura, outros não sabem interpretar o que leem, outros não sabem ler nem escrever. Como as aulas são online (nesse momento), muitos não expressam as dúvidas, fato esse que atrapalha o processo de ensino. (Professora Maria Rita, não identificou a escola).

Com os alunos que ministrei aulas de aprendizado da leitura, não vi dificuldades. As dificuldades aparecem nos alunos que não querem aprender, os que querem de verdade aprendem com facilidade. (Pricylla Rodrigues Franco, Escola Municipal Eunice Barbosa).

Seguindo essa perspectiva, o primeiro contato do sujeito com a leitura ocorre com o convívio com inúmeros objetos de leitura, no contexto social. Acontece antes mesmo de sua inclusão no ambiente escolar. Todavia, é com a entrada no âmbito escolar que chancela o sujeito no universo da leitura, através do processo de alfabetizar.

Como apresentado acima, analisando as respostas das professoras, observamos que diante do ensino público, falta inclusão de políticas públicas que facilitem e melhorem a qualidade enquanto recurso didático para sala de aula da modalidade EJA. A professora Adriana Trajano cita a falta de material adequado, ainda comenta sobre a desvalorização do ensino na modalidade EJA.

Conforme Kleiman (1995), a escola se constitui como a mais importante no processo de letramento, assume papel de destaque na formação leitorado dos alunos. De acordo com Soares (2004), o acesso ao mundo letrado, para as camadas populares, em geral é dificultado ou até mesmo impossibilitado, restringindo-se à alfabetização, pois “[...] ao povo permite-se que aprenda a ler, não se lhe permite que se torne leitor” (SOARES, 2004, p. 25).

Adentrar no mundo da leitura, devemos entender este ato como prática cultural, plural, criadora, instigante, e facilitadora do processo de aprendizagem. Para Silva (1984), o ato de ler é complexo porque exige umas séries de ações mentais. Além do mais, todo texto mantém

relações com o mundo no qual está inserido. A leitura se manifesta, então, como a experiência resultante do trajeto seguido pela consciência do sujeito em seu projeto de desvelamento do texto. É essa mesma experiência (ou vivência dos horizontes desvelados através do texto). As professoras entrevistadas citam o recorrente problema com esse processo de leitura, a dificuldade que os alunos apresentam. Esse é um problema que precisa ser erradicado, ou pelo menos, amenizado que é o índice de analfabetismo no país. Segundo Alves e Rodrigues (2013)

A realização de uma leitura crítica possibilita ao leitor muito mais do que a apropriação do sentido do texto; ela é mola propulsora para a construção do próprio sujeito-leitor, imerso em sua realidade sociocultural, auxiliando-o no processo de compreensão, para além do texto escrito, do texto-mundo (ALVES; RODRIGUES, 2013).

Desse modo, ler criticamente envolve a percepção que o texto mantém relação com o exterior, com o contexto social. Esse requisito tem que ser levado em consideração em sala de aula. Sendo assim, a leitura e a escrita possibilita ao aluno o poder da inclusão social, a compreensão das informações indispensáveis para melhorar o desempenho em sua convivência com o outro e com o mundo que o cerca.

Acreditando nas contribuições que os estudos do letramento pode oferecer para o processo de aquisição da língua escrita, será possível verificar, na abordagem de Kleiman (2005), a descaracterização da importância suprema do método de alfabetização há muito tempo usado na escola. Entretanto, é possível acreditar em Soares (2003) a especificidade da alfabetização como processo extremamente necessário, detentor de diferentes dimensões e que deve ser desenvolvido em um contexto de letramento escolar, por meio de múltiplas metodologias, revistas e adaptadas à realidade observada.

Por fim, a última pergunta do questionário: Qual a concepção de gramática utilizada nas aulas de Língua Portuguesa? Com que frequência ela é trabalhada em sala?

Acredito que seja funcionalista, já que tento promover a análise do código atrelado às funções sociodiscursivas que determinam o seu uso, como também, dependendo da situação retomo muito da gramática tradicional descritiva, existem momentos que essas noções ajudam muito. Sempre uso, não gosto de separar, quando trabalho com círculos de leitura, com foco na leitura literária, produção de texto, introduzo módulos de análise linguística/semiótica. Inclusive agora estou testando nas turmas e treinando a aplicabilidade, sempre em formação. (Professora Adriana Cristina Trajano Marinho, ECIT OTÁVIA SILVEIRA)

Costumo utilizar as gramáticas descritivas e normativas em minhas aulas. Considero que é importante que o estudante tenha conhecimento, de maneira geral, de normas da gramática normativa, pois ela é cobrada em vários contextos de sua vida escolar e pessoal, mas também é necessário respeitar as variações linguísticas, considerando o contexto em que elas se apresentam. Essa frequência acontece paralela ao trabalho com textos. (Professora Rosângela Guedes de Lima, ECIT Otávia Silveira)

Buscamos utilizar a concepção de gramática como conhecimento adquirido coletivamente em situações reais de interação verbal. Para o estudo da gramática, são destinadas duas aulas semanalmente. (Professora Maria Rita, não identificou a escola)

A gramática utilizada é o acesso à Internet. Utilização de materiais impressos, imagens de tabelas das famílias silábicas e atividades descontraídas, muitas vezes são associadas ao dia a dia dos alunos. (Pricylla Rodrigues Franco, Escola Municipal Eunice Barbosa).

Analisando as respostas das professoras 1 e 2, observamos que as mesmas apresentam uma visão sociodiscursiva do ensino da gramática, respeitando as variações linguísticas trazidas pelos alunos, e também utilizando o processo de análise linguística que é bem importante para as aulas de Língua Portuguesa. Porém, também percebemos que é necessário o uso da gramática normativa em sala de aula para extensão do conhecimento do aluno. Sabemos que o sistema educacional ainda continua centrado em avaliações e vai requerer do aluno saberes gramaticais em uma perspectiva linguística. As educadoras devem expandir essa abordagem linguística/semiótica de ensino, e abster-se do ensino gramatical tradicionalista.

Levando em consideração a resposta da professora Maria Rita, que busca utilizar a concepção de gramática como conhecimento adquirido coletivamente em situações reais de interação verbal, observa-se que é possível uma visão de gramática viva, que faz parte da linguagem utilizada pelo aluno no dia a dia. De acordo com essa professora, para o estudo da gramática são destinadas duas aulas semanalmente. Temos então uma resposta vaga, não sabemos de fato o que ela traz em suas aulas de gramática. Percebemos que ela afirma que a concepção de gramática que trabalha em sala de aula vem a partir do conhecimento adquirido no externo, com a interação verbal. Mas, como ela trabalha essa concepção? São essas análises que os docentes da modalidade EJA devem esclarecer e trabalhar de forma inclusiva, semiótica e linguística com seus alunos. Por fim, a professora Pricylla afirma que conta com o uso da internet para abordar conteúdos gramaticais.

Em se tratando de aulas do ensino de Língua Portuguesa, é necessário desmistificar as aulas de língua materna como um espaço apenas gramatical. A língua precisa ser um estudo com reflexão social, como diz nosso ilustre Paulo Freire (2000) no estudo de “Temas Geradores”, em proposta ao ensino-aprendizagem e construção de consciência social.

Por base no aporte teórico, vimos que Leitura e Escrita são indispensáveis em toda e qualquer sala de aula e nas turmas de EJA não poderia ser diferente. É preciso transformar essa modalidade em um espaço onde se possa discutir a importância das práticas de Leitura, Escrita, gramática na vida desses alunos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos dados coletados, a partir do questionário aplicado aos professores, podemos concluir que a Educação de Jovens e Adultos ao longo do tempo avançou significativamente. Porém, essa modalidade de ensino ainda necessita de adaptações e transformações. O corpo docente precisa cada vez mais de qualificação e comprometimento do aparato estatal e de políticas públicas que valorize essa modalidade de ensino.

Na atualidade, temos a prática docente ligada aos ideais deixados por Freire, que se os professores se comprometerem com a aprendizagem dos alunos acabam seguindo seus passos e pensamentos que contribui para que seus alunos enfrentem todas as adversidades que forem sendo encontradas ao longo do percurso educacional. De acordo com esse pensador, ninguém começa a ser professor numa certa terça-feira às 4 horas da tarde... Ninguém nasce professor ou marcado para ser professor. A “gente se forma como educador permanentemente na prática e na reflexão sobre a prática” (FREIRE, 2010, p. 58).

Sobre esse ideal de Paulo Freire, que devemos perpetuar enquanto docentes transformadores da realidade, seres críticos e cidadãos atuantes em nossa sociedade. Foi a partir da ânsia pela prática docente e pela curiosidade ao ensino na modalidade EJA que esse trabalho viu a necessidade de ouvir professores da área, para assim compreender as suas práticas educativas em sala de aula. Como vimos, esse trabalho buscou a compreensão dos desafios ainda enfrentados pelos professores e a sua forma de ensino de Língua Portuguesa em turmas de Educação de Jovens e adultos. Observamos um professor preocupado com a realidade escolar e empenhado em levar para os seus alunos um trabalho rico e significativo ao tomarem a língua como objeto de estudo.

REFERÊNCIAS

- BACKES, Dalila Inês Maldaner. **ALVES, Cíntia Fabiana de.** EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – EJA: UM OLHAR PARA OS ALUNOS DESSA MODALIDADE DE ENSINO. Revista PRÂKSIS, Novo Hamburgo, a. 13, v. 1, p. 98-111, 2016.
- FREIRE, Paulo. A importância do ato de ler: em três artigos que se completam. São Paulo: Cortez, 1982
- FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. Revisada e atualizada. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.
- GIL, Carlos, A. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**, 6ª edição. São Paulo, Atlas, 2017.
- MALCON, Cristina Feldens Ensino de Língua Portuguesa: desafios e encantamentos. Porto Alegre, 2006. 94 f.
- MARGARIDA, Valdecy da Silva. **Alfabetização e Letramento: contribuições à formação de professores alfabetizadores da Educação de Jovens e Adultos.** João Pessoa. Editora: CCTA, 2018.
- MOLL, Jaqueline. Alfabetização de adultos: desafios à razão e ao encantamento. In: MOLL, Jaqueline (Org.). Educação de jovens e adultos. 4. ed. Porto Alegre: Mediação, 2011. Cap. 1. p. 7-16.
- MOURA, Maria da Glória Carvalho. Educação de Jovens e Adultos: um olhar/ Maria da Glória Carvalho Moura – Curitiba: Educarte, 2003.
- NEVES, José Luis. Pesquisa qualitativa – características, usos e possibilidades. São Paulo, SP. 1996.
- PARECER CNE/CEB 11/2000 - HOMOLOGADO Despacho do Ministro em 7/6/2000, publicado no Diário Oficial da União de 9/6/2000, Seção 1e, p. 15. Ver Resolução CNE/CEB 1/2000, publicada no Diário Oficial da União de 19/7/2000, Seção 1, p. 18.
- SCHWARTZ, Suzana. Alfabetização de Jovens e Adultos: teoria e prática. 2 ed. Petrópolis RJ: Vozes, 2012.
- SOARES, Magda. Alfabetização e letramento: Caminhos e Descaminhos. Revista Pátio. Ano VIII, n. 29, fev./abr. 2004.
- SOARES, Magda. Letramento e alfabetização: as muitas facetas. Revista Brasileira de Educação, [s.l.], n. 25, p.5-17, abr. 2004. FapUNIFESP (SciELO).
- SOARES, M. B. Português: uma proposta para o letramento. 3ª série. Ensino Fundamental. São Paulo: Moderna, 2003.

APÊNDICES



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA – UEPB
 CENTRO DE EDUCAÇÃO
 DEPARTAMENTO DE LETRAS E ARTES
 CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS-PORTUGUÊS
 DISCENTE: ALYNE LOPES BEZERRA

Prezados/as Professores/as,

Estou realizando uma pesquisa que resultará na produção do meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Sua contribuição é de suma importância para que eu possa aprofundar o meu estudo. Os dados obtidos na pesquisa serão utilizados na elaboração do texto. Desde já, me comprometo com a total responsabilidade de não publicar qualquer dado que possa expor qualquer um/uma dos/as colaboradores/as. Desta forma, nome dos entrevistados e das escolas não serão divulgados.

Espero contar com a sua participação.

Atenciosamente,
 ALYNE LOPES

QUESTIONÁRIO

01. Qual a concepção de linguagem utilizada na sala da Educação de Jovens e Adultos?.....

.....

02. Qual a metodologia mais utilizada quando se toma a leitura e a escrita como objetos de ensino?.....

.....

03. O que você entende por alfabetização e Letramento? Existe alguma preocupação em alfabetizar letrando? Explique.....

.....

04. Existe alguma dificuldade em trabalhar leitura e escrita com os alunos da EJA? Qual/Quais?.....

.....

.....
.....

05. Qual a concepção de gramática utilizada nas aulas de Língua Portuguesa? Com que frequência ela é trabalhada em sala?.....

.....
.....
.....